

Aposentadoria de Joaquim Barbosa repercute no Senado

Após anunciar ao presidente do Senado, Renan Calheiros, decisão de renunciar ao cargo de ministro do STF, Joaquim Barbosa recebe homenagens em Plenário

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal de se aposentar já no próximo mês foi comunicada ontem de manhã ao presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhado de Eduardo

Braga e Eunício Oliveira. Renan disse ter ficado surpreso e triste com a notícia. No Plenário, Pedro Simon e Alvaro Dias elogiaram a atuação de Joaquim Barbosa, que, para eles, foi “marcante” e “valorizou o STF”. 4

Eunício Oliveira e Eduardo Braga acompanham visita de Joaquim Barbosa à Presidência do Senado, onde ele comunicou a decisão de se aposentar do cargo de ministro do STF no próximo mês



Marcos Oliveira/Agência Senado

Aprovado projeto que torna obrigatório teste da linguinha

O Plenário aprovou ontem proposta que obriga hospitais e maternidades a fazerem exame para avaliar a existência de problemas

na anatomia da língua de recém-nascidos. O teste detecta anomalias que podem prejudicar fala, deglutição e mastigação. 7



Edson Caldas/ATN

Procedimento, que é rápido e indolor, pode evitar que recém-nascido tenha complicações futuras



José Cruz/Agência Senado

Cristovam Buarque, relator da matéria, fala na reunião da CRE ao lado de Flexa Ribeiro

Comissão aprova acesso de alunos estrangeiros ao ProUni

A abertura do ProUni a estrangeiros foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores. As bolsas poderão ser integrais,

para estudantes com renda familiar de até um salário mínimo e meio, e parciais para rendas abaixo de três salários. 8

BB e Caixa Econômica pagam R\$ 100 milhões pela folha do Senado 2

Mesa contesta no STF mudança no número de deputados 2

Programa de aquisição de alimentos recebe elogios em audiência 6

Debatedores: futebol sustentável só com “fair play financeiro” 3



Genádio Mangelar/Agência Senado

Zelada diz que a refinaria nos Estados Unidos foi comprada pelo valor de mercado, em audiência com Vital do Rêgo, José Pimentel e Antonio Carlos Rodrigues

Cláusulas não definiam compra de Pasadena, alega ex-diretor

Na CPI da Petrobras do Senado, Jorge Zelada argumentou que partes do contrato omitidas no resumo que baseou a compra da refinaria não eram centrais para a decisão. 5



Presidente do Senado, Renan Calheiros assina os contratos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal

Senado recebe R\$ 100 mi pela folha de pagamentos

Durante cinco anos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal terão exclusividade no repasse dos salários da Casa. Recursos serão usados prioritariamente no Prodasen, na TV Senado e nas salas das comissões

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, assinou ontem contratos de concessão da folha de pagamento dos servidores. A Casa vai receber R\$ 100 milhões do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para que esses bancos tenham exclusividade no repasse dos salários, por cinco anos, de cerca de 10 mil clientes — entre parlamentares, servidores ativos e inativos, de cargos em comissão e estagiários.

O valor, segundo Renan, vai ser usado na modernização e melhoria da infraestrutura do Senado. Terão prioridade o setor que cuida de processamento de dados, o Prodasen; a TV Senado; o Plenário do Senado e as salas das comissões; além da centralização da parte administrativa.

Na cerimônia de assinatura dos contratos com os bancos, Renan lembrou a economia

que vem sendo buscada pela atual gestão do Senado.

— Desde a posse da nova Mesa Diretora, em fevereiro do ano passado, foi adotado um novo modelo de gestão administrativa, que alia a máxima austeridade, que os novos tempos exigem, com a racionalização de gastos com pessoal, custeio e investimentos, que importarão em uma economia superior a R\$ 300 milhões até o final desta legislatura. Já atingimos mais de 90% dessa meta — disse o senador.

Qualidade

O vice-presidente de Governo do Banco do Brasil e ex-senador, Valmir Campelo, e o vice-presidente da Caixa, José Carlos Medaglia Filho, afirmaram nos discursos que as duas instituições vão trabalhar para atender o Senado com qualidade e excelência, uma

vez que essa tem sido a meta dos bancos. Campelo elogiou a maneira como Renan está conduzindo a administração do Senado.

— Um trabalho, acima de tudo, transparente — afirmou o representante do Banco do Brasil.

Renan enfatizou a necessidade de mudança na cultura administrativa do Senado.

— Não podemos permanecer no gigantismo. Essa é a minha convicção, o meu compromisso. Esta Mesa foi eleita com esse discurso. As nossas ações devem ser coerentes com o que nos comprometemos ao assumir essa administração, que é o de priorizar a atividade-fim, cortando despesas não necessárias. O dinheiro não nasce em árvores, precisa ser administrado com transparência e responsabilidade — ressaltou o presidente do Senado.

EcoSenado ganha prêmio do Sebrae por melhor reportagem



O programa *EcoSenado* sobre o aproveitamento de podas de jardins para a produção de adubo orgânico foi premiado na noite de quarta-feira como Melhor Reportagem Cinematográfica da etapa distrital do 6º Prêmio Sebrae de Jornalismo. O programa trata de um tema extremamente sensível no momento em que se aproxima o prazo estipulado pela Política Nacional de

Resíduos Sólidos para o fim de todos os lixões do país. Em agosto desse ano, após quatro anos da entrada em vigor, a lei estabelece que todo o lixo que não pode ser reciclado deve ir para aterros sanitários. Com isso, uma prática frequente nas grandes cidades brasileiras, de encaminhar a lixões resíduos de podas, terá que acabar.

Assista ao programa premiado: <http://bit.ly/PodasDeJardim>

Ana Amélia defende repasse maior para os municípios

Ana Amélia (PP-RS) destacou ontem o peso da política de desoneração fiscal do governo sobre os municípios. Citando parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo federal, a senadora relatou que a desoneração líquida sobre o Imposto de Renda e sobre o IPI de 2008 a 2013 foi de R\$ 416,4 bilhões,



com estados e municípios arcando com 58% do total.

Para amenizar os prejuízos dos estados e municípios, a parlamentar defendeu a aprovação da PEC 39/2013, de autoria dela, que prevê um repasse adicional de 2% da arrecadação do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Paim destaca aprovação de projetos para trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a aprovação, na quarta-feira, de propostas de interesse dos trabalhadores. Entre elas, a previsão, na Constituição, da carreira de agente de trânsito (PEC 77/2013); o adicional de periculosidade para os motoboys (SCD 193/2003); e a garantia à remuneração do cargo ao servidor licenciado para cumprir



mandato classista (PLV 5/2014).

Paim lembrou que deve ser votado na próxima semana projeto que garante aposentadoria especial a pescadores a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária (PLS 150/2013). A proposta tramita com o PLS 152/2013, que institui o salário-ambiental durante o período de defeso.

Mesa questiona alteração na Câmara

A Mesa do Senado ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, ação declaratória de constitucionalidade para fazer prevalecer entendimento do Congresso em relação ao número de deputados por unidade da Federação. A intenção é confirmar a validade do Decreto Legislativo 424/2013, que suspendeu resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que alterava a distribuição das 513 cadeiras da Câmara.

Apesar do decreto do Congresso sustentando a medida, o Plenário do TSE ratificou a resolução na terça-feira, afirmando que as mudanças valem para as eleições de outubro.

— O TSE não poderia ter editado resolução reafirmando norma que já havia sido desconstituída pelo Congresso — explicou o advogado-geral



Advogado-geral do Senado, Alberto Cascais quer pressa no julgamento

do Senado, Alberto Cascais.

Para Cascais, além de não ter competência para revogar o decreto do Congresso, o TSE teria desrespeitado o princípio da anualidade: nenhuma norma pode mudar as regras do processo eleitoral a menos de um ano da eleição. Para o TSE, o decreto do Congresso, editado em dezembro, é que desrespeitaria a anualidade.

A resolução do TSE levou em conta o Censo de 2010 do IBGE para recalcular o tamanho das bancadas. Com isso, oito estados perdem representatividade e cinco ganham. A mudança tem consequências nas assembleias legislativas, pois o número de deputados estaduais é calculado com base nas bancadas da Câmara.

Para o tribunal, a resolução só poderia ser sustada por meio de lei complementar, e não por decreto legislativo.

A expectativa é de que o STF não demore a julgar o pedido.

— Esperamos que os ministros compreendam a importância de julgar logo essa ação, uma vez que as convenções partidárias devem começar em junho — afirmou Cascais.

Baixe a ação declaratória: <http://bit.ly/ADCcadeiras>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão plenária de hoje será não deliberativa. Sem a votação de projetos, é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

PRESIDÊNCIA Fórum de microempresas

10h30 O senador Renan Calheiros participa do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a presença do ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos. Em seguida, comparece à inauguração da Casa de Direitos de Maceió. Também estarão presentes o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Wilson Andrade, Sérgio Velloso, Randolfe Rodrigues, Mauro Cezar Pereira e Fernando Prass: responsabilização de dirigentes e definição de novo calendário

Futuro do futebol depende de “*fair play financeiro*”, dizem debatedores

A aprovação de lei que puna clube que gastar mais do que arrecada foi defendida por representantes de jogadores, dirigentes e governo

MUDANÇAS NO CALENDÁRIO e adoção do *fair play financeiro* podem garantir a sustentabilidade do esporte profissional no Brasil, conforme afirmaram os participantes da audiência pública interativa promovida ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O *fair play* (ou “jogo limpo”) financeiro foi o ponto central. Trata-se de um sistema que obriga os clubes a gastarem apenas o que arrecadam.

Nos últimos cinco anos, apesar do aumento das receitas, as

dívidas aumentaram em 90%, de acordo com o Bom Senso Futebol Clube, que reúne 1,2 mil atletas profissionais e que propõe melhorias nas condições de trabalho dos profissionais de futebol.

Segundo a organização, as dívidas somam hoje R\$ 5,3 bilhões, o que não apenas leva os clubes a uma situação de risco como também afasta patrocinadores. Como consequência, são comuns atrasos de salários e mais dívidas.

— O refinanciamento das dívidas dos clubes sem con-

trapartidas vai fazer com que isso vire uma bola de neve de novo — disse o goleiro do Palmeiras Fernando Prass, representante do Bom Senso.

Um dos caminhos apontados é a aprovação de uma lei de responsabilidade fiscal para o esporte, com refinanciamento das dívidas dos clubes. A ideia já foi encampada pelo deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), relator na Câmara do projeto de lei que cria o Proforte (PL 6.753/2013). Ele anunciou que apresentará novo texto à comissão especial para tornar obrigatório, por exemplo, que clubes apresentem certidões negativas para participar de competições oficiais.

A questão foi levantada pelo presidente do Coritiba, Wilson Andrade, líder da Comissão de Clubes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Para ele, a lei pode representar um novo marco zero para o futebol.

— O interesse dos clubes é muito próximo ao dos jogadores. Esse marco regulatório representa uma mudança substancial — disse.

Os debatedores enfatizaram que é preciso responsabilizar dirigentes por irregularidades e proibir o endividamento desordenado. Também defenderam a criação de punições progressivas, culminando com o rebaixamento de divisão.

— Não se pode falar em financiamento se não aliarmos contrapartida dos clubes — disse Sérgio Velloso, do Ministério do Esporte.

Fernando Prass concordou: — Tem que ter a responsabilização dos dirigentes. Do contrário, no primeiro tropeço dentro de campo, o planejamento vai por água abaixo e os clubes começam a gastar mais do que podem em contratações e salários — avaliou.

Calendário

Outro ponto largamente debatido foi o calendário. Os jogadores profissionais defendem aumento na quantidade

de jogos para clubes pequenos e redução do número para grandes clubes. Eles também reivindicam férias e período adequado de pré-temporada.

Segundo Prass, cerca de 16 mil profissionais recebem menos de dois salários mínimos e ficam desempregados ao final dos estaduais. Em contrapartida, times da elite jogam até 85 jogos na mesma temporada.

Esse desequilíbrio, disse, cria dificuldade para os pequenos clubes se estruturarem, ao mesmo tempo em que os grandes sofrem com o alto índice de lesões nos atletas.

Wilson Andrade admitiu que os campeonatos estaduais são hoje deficitários e representam prejuízo para os clubes. Segundo ele, a definição de um novo calendário é complexa e deve contar com a participação de jogadores, CBF, clube, patrocinadores e as emissoras de TV.

— Não podemos estabelecer essa regra sem definir quem vai pagar a conta. A televisão investe em torno de R\$ 2 bilhões ao ano no futebol.

Os jogadores também estão preocupados com a violência nos estádios, os preços dos ingressos e os horários das partidas, que, para eles, têm afastado o público. O Brasil ocupa a 18ª posição no ranking de média de público nos estádios, ficando atrás de países sem tradição no futebol como Austrália e Estados Unidos.

Mauro Cezar Pereira, jornalista da ESPN Brasil, aponta o modelo inglês como um dos caminhos. A Premier League, criada na Inglaterra em 1992, é hoje o campeonato mais rico do mundo e conta com oito divisões, incluindo competições regionais que garantem que os clubes de menor expressão se mantenham em atividade durante todo o ano.

— A média de público da Inglaterra é mais do que o dobro da Série A brasileira. É preciso criar meios de voltar a atrair o público aos estádios — acrescentou.

Alvaro Dias pede fim do sigilo de empréstimos a países

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que projeto de lei de autoria dele que acaba com o sigilo em empréstimos concedidos a outros países não foi votado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Segundo o senador, por orientação do Executivo, a proposta (PLS 26/2014) foi retirada da pauta por um pedido de vista de Eduardo Suplicy (PT-SP).

Para Alvaro, isso significa que o governo está relutante em aceitar o fim do sigilo que tem adotado em empréstimos concedidos a outros países, como Cuba, que aplicou o dinheiro na construção de um porto.

— É incompreensível ver a presidente do Brasil inaugurando o Porto de Mariel, com mais de US\$ 800 milhões do BNDES, enquanto os portos do Brasil estão sucateados — disse o senador.



Waldecir Barreto/Agência Senado

Delcídio defende projeto sobre recursos enviados ao exterior

As acusações de que projeto conhecido como Cidadania Fiscal favoreceria a lavagem de dinheiro foram rebatidas ontem por Delcídio do Amaral (PT-MS), autor da proposta (PLS 354/2009). Ele lembrou que a ideia surgiu durante as investigações da CPI dos Correios, em 2005. Ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio disse que debateu o tema com as indústrias, o Ministério Público, a Polícia Federal e o governo.

O senador afirmou que muitos recursos vêm de atividades legais e que ele estudou experiências semelhantes em outros países. Explicou também que são previstas restrições para separar o dinheiro “bom” do “ruim”, por regulamentação do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central, da Receita Federal e de outras instituições.



Waldecir Barreto/Agência Senado

Pergunta de internauta gera críticas à atuação da CBF

Pergunta enviada por internauta por meio do Portal e-Cidadania questionando se a CBF faz bem ou mal ao futebol motivou uma série de críticas à entidade.

Para Mauro Cezar Pereira, da ESPN Brasil, a CBF não pode se isentar da responsabilidade pela baixa qualidade do Campeonato Brasileiro, pelo problema financeiro dos clubes e pelo baixo público. Segundo ele, a entidade está mais preocupada em lucrar com a Seleção do que em resolver os problemas do esporte.

— O futebol está estacionado. As únicas coisas que podemos apontar como positivos são resultados eventuais da Seleção Brasileira, que é reflexo do talento de nossos jogadores, a sede da CBF ou a reforma da Granja Comary. Precisamos ter urgentemente um campeonato bom — disse.

O goleiro do Palmeiras Fernando Prass, do Bom Senso Futebol Clube, concordou que a CBF tem que ter uma participação mais ativa para resolver o problema dos clubes.

Única voz dissonante, o presidente do Coritiba,

Wilson Andrade, também da Comissão de Clubes da CBF, disse que a entidade faz muito pelo futebol brasileiro.

Um dos problemas da entidade, para Mauro Cezar, é a concentração do poder decisório. Hoje, são 47 votos na eleição para presidente: 27 das federações estaduais e 20 dos clubes da Série A. Para ser eleito, o candidato deve ter ao menos 24 votos.

Coordenador da reunião, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) indagou se a entidade apoiaria proposta que garanta pleitos mais democráticos nas federações esportivas.

— A ideia é que se abra um debate público sobre a necessidade de democratização do futebol — disse Randolfe.

Hoje, por exemplo, seria impossível a candidatura de um representante do Bom Senso F.C. ou do restante da sociedade nas eleições da CBF. A Proposta de Emenda à Constituição 12/2012, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que também participou do debate, limita a autonomia das entidades esportivas e acaba com a reeleição ilimitada de dirigentes e presidentes.

Joaquim Barbosa anuncia aposentadoria

Renan Calheiros recebeu ontem o presidente do STF e se disse surpreso e triste com a notícia. Outro assunto tratado no encontro foi o novo Código de Processo Civil

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, anunciou ontem, em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que vai deixar o tribunal em junho. Barbosa assumiu o cargo em novembro de 2012.

— Ele vai se aposentar, foi uma conversa surpreendente. Nós sentimos muito, porque ele é uma das melhores referências do Brasil — disse Renan.

O senador informou que ele não explicou o motivo da aposentadoria.

O novo Código de Processo Civil (CPC) também foi assunto tratado durante o encontro. Renan disse ter comunicado que o Senado está empenhado em finalizar a análise da proposta até o encerramento do semestre.

— Isso é muito bom para o Brasil porque é, sobretudo, uma oportunidade para que possamos reduzir à metade o tempo dos processos e simplificá-los — ressaltou Renan.



Ao lado de Eduardo Braga, Joaquim Barbosa abraça Renan Calheiros: presidente do STF informou que deixará o cargo

Juristas foram convidados a auxiliar os senadores da comissão especial que formula o texto final do código. A proposta do novo CPC foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 25 de março. Depois da comissão, a matéria (PLS 166/2010) seguirá para

o Plenário do Senado. Uma comissão de juristas ajudou a formular o pré-projeto do código na Casa em 2008.

Sobre a decisão do STF de que o julgamento de parlamentares seja feito pelas turmas da Corte, não mais pelo Plenário, Renan disse que é favorável.

— O que eu acabei de comunicar sobre o Código de Processo Civil é o mesmo raciocínio que eu tenho com relação a essas demandas no Supremo. O que puder ser feito para agilizar esses julgamentos, eu acho que o Supremo deve fazer — afirmou.

Segundo Renan, Joaquim Barbosa também comentou a Proposta de Emenda à Constituição 63/2013, mas sem se posicionar.

A PEC, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no último dia 21, institui uma parcela indenizatória de valorização por tempo na magistratura e no Ministério Público. A concessão do benefício poderá levar essas categorias a receber acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 29,4 mil.

— Eu, que defendi, disse que aprovo. Eu acho que é uma oportunidade para que a gente possa, do ponto de vista da magistratura e do Ministério Público, criar um diferencial em função do tempo de serviço — afirmou.

A PEC 63 começou a ser debatida no Plenário do Senado na quarta-feira. A proposta ainda vai passar por quatro sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno.

Senadores prestam homenagem a presidente do Supremo

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Alvaro Dias (PSDB-PR) desejaram boa sorte ao presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, na aposentadoria, anunciada para junho.

Para Simon, o STF viveu um dos momentos mais marcantes da história sob a presidência de Joaquim Barbosa, ao finalizar o julgamento do processo conhecido por mensalão, cuja relatoria

coube ao atual presidente do Supremo. Ele espera que o ministro continue atuante após a aposentadoria, seja em instituições de ensino ou ministrando palestras pelo país.

— Pessoas que exerceram posição, que exerceram cargo, que têm uma experiência muito grande, acumulada, ao invés de ir para casa, e levarem tudo consigo, devem debater, analisar, participar de congresso, participar de

seminário e fazer conferência — disse Simon.

Alvaro afirmou que Joaquim Barbosa valorizou o STF, instituição que, para o parlamentar, é essencial no estado de direito, onde estão fincados os alicerces básicos da democracia.

— Certamente essa valorização foi fruto da coragem, do talento, sim, mas, sobretudo, da coragem, talvez a sua maior virtude, já que, para quem

exerce a função pública, a ausência da coragem faz falarem as demais virtudes que se deve ostentar para exercer o mandato público — ressaltou.

Alvaro disse que o país vai sentir a ausência do ministro. Para ele, Joaquim Barbosa é um exemplo a ser seguido.

— Joaquim Barbosa cumpriu o seu dever. Que ele possa caminhar pelas ruas deste país de cabeça erguida, consciente de ter o reconhecimento

da maioria da população. Uma referência, certamente, como ministro do Supremo. Referência ímpar! Nós não conhecemos, nos tempos modernos, alguém que tenha se destacado tanto em tão pouco tempo, especialmente pela sua coragem, mas também pelo talento, pela competência, pelo exemplo que dignifica ao adotar uma postura ética imbatível na sua atuação como magistrado — elogiou.

Rolleberg comenta pesquisa sobre satisfação com serviços públicos

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comentou em Plenário os resultados de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre o grau de satisfação dos brasileiros com os serviços públicos em seis regiões metropolitanas.

Foram ouvidas 3,6 mil pessoas, entre março e abril deste ano, em Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, capitais que receberão jogos da Copa do Mundo.

De acordo com a pesquisa, 75% dos entrevistados se disseram insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a segurança pública, o transporte, a saúde e a educação.

Segundo ele, em Brasília, o transporte público foi o serviço mais mal avaliado. Em sua opinião, além de renovar, o governo local deveria aumentar a frota de ônibus, que circulam lotados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz espera que o Brasil possa aprofundar reformas

Anibal Diniz (PT-AC) espera que, nos próximos quatro anos, o Brasil possa aprofundar as reformas necessárias para atender as demandas do povo e continuar avançando no combate à pobreza e às desigualdades.

Ele saudou os resultados positivos na área social nos últimos anos: segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) citada pelo senador, a taxa de extrema pobreza em 2012 é um sétimo da taxa de 1990, tendo havido redução da desigualdade.

Anibal elogiou ainda resolução da Executiva Nacional do PT que aponta para um aprofundamento das mudanças num eventual segundo governo da presidente Dilma Rousseff. Para ele, o programa destacou a reforma política, a aceleração do crescimento econômico e a democratização da comunicação.



Morieira Matiz/Agência Senado

Sancionada ampliação de licitação facilitada para obras em presídios

A ampliação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para obras de construção e reforma de presídios, instituída pela Medida Provisória 630/2013, foi sancionada ontem pela presidente Dilma Rousseff. Durante a tramitação da matéria no Congresso, a relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), chegou a propor a aplicação do regime — mais flexível em relação às regras da Lei de Licitações — a todas as licitações públicas, mas a nova mudança acabou rejeitada.

Com a sanção da MP 630 como Lei 12.980/2014, o uso do RDC, criado inicialmente para as obras relacionadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas de 2016, passa a ser possível em mais quatro hipóteses: nas ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), no Sistema Único de Saúde (SUS), no sistema público de ensino e nos estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo para menores.

Mozarildo lamenta crescimento do número de homicídios em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que Roraima seja o estado em que o índice de homicídios mais cresce no país.

Segundo dados divulgados na nova edição do *Mapa da Violência*, em 2012 foram registrados no país mais de 56 mil assassinatos, o que representa um aumento de 7% em relação a 2011. No entanto, Roraima apresentou o maior índice, com 71,3% de aumento nos casos de homicídios.

Mozarildo atribui à falta de ação do ex-governador Anchieta Júnior o quadro caótico de Roraima:

— Por que isso está acontecendo? Porque o governador anterior não investiu na saúde, na segurança, na educação, mas investiu na construção de uma bela mansão, ele que nem sequer tinha casa antes — disse Mozarildo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Zelada diz à CPI que a parte do contrato que obrigava a Petrobras a comprar a outra metade da refinaria em caso de desacordo não era central para decidir sobre o negócio

Ex-diretor minimiza cláusulas sobre Pasadena

O EX-DIRETOR DA Área Internacional da Petrobras Jorge Zelada disse ontem que as duas cláusulas omitidas do resumo-executivo que serviu de base para que a estatal comprasse a refinaria de Pasadena, em 2006, não eram “centrais para a definição da compra”. Ele depôs à CPI do Senado que investiga denúncias de irregularidades na companhia.

A opinião de Zelada coincide com a de outro diretor já ouvido pela CPI, Nestor Cerveró, mas contradiz a avaliação da atual presidente da Petrobras, Graça Foster, que disse serem “cláusulas extremamente importantes”. Em março, quando as primeiras suspeitas sobre o negócio foram divulgadas pela imprensa, a presidente da República, Dilma Rousseff, afirmou que a compra foi autorizada com base num parecer “técnica e juridicamente falho”. Na época da compra, ela estava à frente do Conselho de Administração da Petrobras.

As cláusulas em questão são a Put Option e a Marlim. A primeira determinava que, em caso de desacordo entre os sócios, a outra parte seria obrigada a adquirir o restante das ações. A segunda garantia à Astra Oil, sócia da Petrobras, um lucro de 6,9% ao ano.

— A cláusula de saída [Put Option] é normal em negócios desse tipo. A Marlim era específica para aquele contrato,

mas nem chegou a ser usada — explicou.

A exemplo de outras pessoas já ouvidas pela CPI, ele confirmou que o planejamento estratégico feito na época indicava a necessidade de aumentar a capacidade de refino no exterior, vindo daí a importância de adquirir a refinaria nos Estados Unidos.

Valor de mercado

O ex-diretor da Petrobras disse que houve divergências entre a estatal brasileira e a Astra em relação à gestão de uma instalação de grande porte como Pasadena. O ex-diretor evitou falar em valores e disse que não participou diretamente das negociações, em 2005 e 2006, mas sabe que o mercado reagiu bem à transação.

— Até porque o valor da compra era compatível com os preços de mercado em setembro de 2006 — afirmou o ex-diretor.

Zelada foi sucessor de Cerveró na direção de negócios internacionais da companhia. Cerveró fez o resumo-executivo para a compra da primeira metade de Pasadena, em 2006; Zelada elaborou o documento para embasar a aquisição dos outros 50%, em 2008. Esse segundo negócio, no entanto, foi vetado pelos conselheiros da companhia.

— Houve mudança no cenário econômico e a descoberta do pré-sal, o que determinou mudança no planejamento estratégico e nas prioridades da empresa — justificou.

A CPI da Petrobras no Senado já ouviu Nestor Cerveró, Graça Foster e o ex-presidente da estatal Sergio Gabrielli. A próxima reunião acontecerá na terça-feira, com o gerente-executivo Internacional, Luis Carlos Moreira da Silva, e o diretor de Segurança Empresarial, Pedro Aramis de Lima Arruda.



Jorge Zelada dá explicações sobre a compra, na CPI presidida por Vital do Rêgo



Pimentel (D), ao lado de Rodrigues, questiona a recusa de ministro do TCU

Recusa de José Jorge de depor na CPI gera críticas de senadores

Relator da CPI, José Pimentel (PT-CE) anunciou que consultará a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a recusa do ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União (TCU), de comparecer à audiência. José Jorge declarou-se impossibilitado de atender o convite alegando que relata processos sobre a refinaria.

Pimentel afirmou que nunca houve negativa de ministros do TCU de comparecer ao Senado e citou a CPI que investigou o uso de cartões corporativos, à qual esteve presente o próprio José Jorge.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiou a iniciativa de Pimentel e lembrou que o TCU é órgão auxiliar do Legislativo.

Humberto Costa (PT-PE) manifestou “estranheza” com a resposta de José Jorge

e sugeriu uma rediscussão do papel dos tribunais de contas. Ele observou que José Jorge é relator de todos os processos do TCU que tratam da Petrobras, embora tenha sido ministro de Minas e Energia e presidente do Conselho de Administração da Petrobras, no período de 2001 a 2002.

Presidente da CPI e da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB) anunciou que, na CCJ, dará atenção especial à questão, para esclarecer limites das requisições de CPIs ao TCU.

— Há necessidade de a CCJ tomar uma posição rápida, para que nós possamos, nesta comissão [CPI do Senado] e na comissão mista [CPI do Congresso], ter a posição da CCJ com relação a essa condição levantada pelo nosso convidado, o ministro José Jorge — afirmou Vital.

Audiência questiona denúncias de “camuflagem” e de propina

Luis Carlos Moreira da Silva, a ser ouvido na terça-feira, foi quem, em 2006, assinou documento interno indicando a compra dos primeiros 50% de Pasadena. Reportagem publicada em 28 de abril pelo jornal *O Estado de S. Paulo* cita documentos confidenciais assinados por ele que mostram a intenção da Petrobras de incluir um sócio na compra de Pasadena para “camuflar” o tamanho do negócio no exterior.

Pedro Aramis de Lima Arruda, outro depoente de terça-feira, deverá esclarecer a denúncia de pagamento de propina a funcionários da estatal pela empresa holandesa SMB Offshore. Um dos fatos determinados da CPI é que, desde abril de 2012, a SMB, fabricante de plataformas marítimas de exploração de petróleo, investiga a ação de funcionários que corrompiam autoridades em troca de contratos.

Comissão mista define plano de trabalho na segunda-feira

O relator da CPI mista da Petrobras, deputado Marco Maia (PT-RS), vai apresentar na segunda-feira o plano de trabalho. De acordo com ele, será uma proposta geral, que apontará os caminhos da investigação e os prazos.

Os 32 integrantes da CPI mista também devem decidir como será o exame dos 551 requerimentos apresentados até ontem. Entre eles, o que pede a convocação do doleiro Alberto Youssef,

acusado de ter recebido propina para favorecer empresas na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. O doleiro está preso desde março, por denúncias de lavagem de dinheiro.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) propôs o funcionamento da CPI nos cinco dias úteis da semana para que, até o início do recesso parlamentar, em 17 de julho, já possam ser “apresentados resultados à sociedade”.

Termina o prazo para indicações à CPI dos Metrô

Terminou na noite de ontem o prazo para os líderes partidários indicarem os 14 senadores e os 14 deputados que vão integrar a CPI Mista dos Metrô. Até o fim da tarde, havia a indicação de todos os deputados federais. No Senado, por outro lado, o Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), o Bloco Parlamentar da Minoridade (PSDB/DEM/SD) e o Pros não tinham definido os representantes.

Lúcia Vânia comemora fim das obras de trecho da Ferrovia Norte-Sul

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou o fim das obras do último trecho da Ferrovia Norte-Sul, entre a cidade goiana de Anápolis e Palmas, no Tocantins, depois de quase três décadas. A senadora observou, no entanto, que essa é apenas uma etapa que vai exigir, a partir de agora, muito empenho dos governos.

Segundo ela, o modelo de gestão da ferrovia, que liga



Anápolis até Itaquí, no litoral maranhense, é o de acesso aberto, em que a Valec, empresa pública dona da parte física e responsável pelo gerenciamento dos pátios de pesagem, vai vender a capacidade de transporte para empresas privadas de logística.

— Isso requer uma ação bem articulada e profissionalização dos órgãos de infraestrutura do país — alertou Lúcia Vânia.

Figueiró pede investimento em diversificação e melhorias na infraestrutura de transporte

A deficiente infraestrutura de transporte no Brasil é a variável que desempata, favoravelmente aos Estados Unidos, a disputa por mercados de produtos agrícolas, disse Ruben Figueiró (PSDB-MS).

— Tecnicamente, a agricultura dos dois países é equivalente. Mas, enquanto nos Estados Unidos o investimento em transporte equivale a 4% do produto interno bruto,



aqui alcança apenas 0,5%. E a pequeníssima participação das ferrovias e hidrovias acarreta uma brutal elevação no custo logístico de nossa produção — disse.

Isso reflete-se no preço dos alimentos, lamentou Figueiró. Ele citou estudo da empresa Macrologística Consultoria revelando que 8% do preço que o brasileiro paga pelos alimentos corresponde ao transporte. Nos EUA, o índice é de 3%.

Representantes de movimentos sociais e senadores defenderam em audiência pública o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal. Eles propuseram disciplinar a medida por meio de lei

Lio de Paulo/Agência Senado



Pedro Bavaresco, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fala em audiência pública da CDH presidida por Ana Rita (C)

Audiência discute Programa de Aquisição de Alimentos

O PROGRAMA DE Aquisição de Alimentos (PAA) é essencial para garantir a estabilidade e a segurança alimentar das populações carentes e estimular a produção de agricultores familiares e cooperativas e, por isso, os procedimentos devem ser assegurados em lei. A avaliação foi feita por participantes de audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem.

O PAA foi criado pela Lei 10.696/2003, mas é disciplinado por decreto. Por isso, Ana Rita (PT-ES) informou que está elaborando uma minuta de projeto para institucionalizar o que já ocorre na prática.

— O programa tem dado muito certo. A audiência reafirmou a necessidade de transformá-lo, para que não haja retrocessos no futuro e a garantia de que ele seja mantido e ampliado — disse a senadora, após a audiência.

O PAA adquire alimentos, com dispensa de licitação, por preços de referência praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3,5 mil ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os alimentos são utilizados para estoque e distribuição às populações em situação de insegurança alimentar, como quilombolas

e indígenas; e fornecimento a creches, escolas e presídios, por exemplo. O programa é gerenciado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social.

Estratégicos

Anderson Amaro, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores, elogiou o PAA por conseguir dialogar com os setores mais empobrecidos da sociedade. Ele sugeriu que se assegure o incentivo à produção agroecológica e defendeu o fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), braço executor do PAA, transformando-a na “Conabrás”. Para ele, alimentos deveriam ser tratados como estratégicos pelo governo, a exemplo da energia, com a Eletrobras, e dos combustíveis, com a Petrobras.

Já Felipe Maciel, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), registrou que a iniciativa da senadora é fundamental para garantir uma normatização nacional. Segundo afirmou, alguns governos preferem comprar alimentos de qualidade duvidosa de grandes indústrias, em vez de adquirir a produção de pequenos agricultores e cooperativas.

— Em alguns locais, [o programa] não avança por falta de vontade política do gestor

— declarou o representante do MST.

Pressões

Dorizete Cosme, representante da Via Campesina, mencionou a importância do programa para fixar os jovens no campo e incluir as mulheres. Segundo disse, é perceptível a melhoria da qualidade de vida e a vontade de permanecerem no meio rural, com uma fonte de renda garantida.

Entretanto, disse, as organizações camponesas e o programa estão sofrendo pressões, tanto em âmbito nacional quanto internacional, que colocariam os pequenos produtores como verdadeiros “foras da lei” e afetariam o relacionamento com a Conab. A Organização Mundial do Comércio (OMC), provocada pelos Estados Unidos e pela Austrália, questionou o Brasil sobre a possibilidade de programas sociais do governo estarem subsidiando de forma ilegal produtores rurais.

Também nesse sentido, Rosângela Piovizani, do Movimento de Mulheres Camponesas, considerou absurda a forma de controle da vigilância sanitária sobre as agroindústrias, enquanto redes de fast food “fazem a festa adoecendo a juventude”.

Rosângela lembrou que o modelo do PAA está sendo exportado para outros países como prática bem-sucedida.

Mudança na Lei do Cooperativismo avança na Comissão de Agricultura

Com manifestação contrária de cooperativas de economia solidária, lida por Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Agricultura (CRA) aprovou ontem substitutivo de Waldemir Moka (PMDB-MS) a dois projetos que tramitam em conjunto e modificam a Lei Geral do Cooperativismo (Lei 5.764/1971).

Ao ler o relatório, Moka ressaltou que, para elaborar o texto, fez diversas reuniões com representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e

com entidades reunidas em torno da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas).

Suplicy disse ser necessário elaborar uma proposta que represente a pluralidade de agentes envolvidos no cooperativismo. Ele espera chegar ao consenso na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para onde a proposta segue agora, para votação terminativa.

Conforme o relator, é consenso a necessidade de revisão da lei, que vigora desde 1971.

Política de recursos hídricos do semiárido vai ser avaliada

A Comissão de Agricultura aprovou ontem plano de trabalho para avaliação de políticas de recursos hídricos para o semiárido nordestino. A decisão atendeu à Resolução 44/2013 do Senado, que determina que as comissões permanentes da Casa avaliem políticas públicas, de forma a adequar as normas legais às necessidades da população.

Conforme o plano de trabalho, a comissão requisitará informações a órgãos do Poder Executivo que são responsáveis pela formulação e execução de programas para a região semiárida. Também

serão realizadas audiências públicas e diligências a áreas do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e de projetos de irrigação na região, entre outros.

A primeira audiência pública será em 10 de junho. Estão convidados, entre outros, representantes dos Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, além de representante do Banco do Brasil e do IBGE.

Também foi aprovada audiência pública sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar.

Acir Gurgacz comemora Plano Safra da Agricultura Familiar

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar para este e para o próximo ano, que vai destinar R\$ 24,1 bilhões a linhas



Marcos Oliveira/Agência Senado

de crédito para a agricultura e a pecuária. Ele explicou que Rondônia é conhecida nacionalmente como o “estado natural da pecuária”.

Segundo o senador, Rondônia conta com o sexto maior rebanho do país e é o quarto maior exportador de carne. Além disso, a maior parte dos

pecuaristas é formada por agricultores familiares, que criam o gado em até quatro módulos fiscais.

— São pequenas propriedades que juntas fazem a força da nossa pecuária e também fazem de Rondônia o estado da agricultura familiar. Por isso, a importância do Plano Safra 2014-2015. Vai movimentar a economia e vai dar sustentação para que essas famílias possam ter acesso à tecnologia e produzir mais — afirmou o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senado aprova exigência do teste da linguinha em recém-nascidos

Objetivo do procedimento é verificar se há a necessidade de cirurgia para corrigir a estrutura que liga a parte inferior da língua à boca

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem proposta que obriga os hospitais e maternidades a fazerem exame em recém-nascidos para avaliar a anatomia da língua — procedimento conhecido como teste da linguinha. O projeto segue para sanção presidencial. O propósito é verificar se há a necessidade de cirurgia para corrigir possíveis irregularidades no frênulo lingual, estrutura que liga a parte inferior da língua à boca. Quando não há a correção, a criança pode desenvolver dificuldades de sucção, deglutição e mastigação, além de problemas na fala.

O autor do projeto (PLC 113/2013), deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), esclareceu que o diagnóstico precoce possibilita o tratamento imediato e a prevenção dos problemas decorrentes da



Teste pode evitar que recém-nascido tenha, entre outros, problemas na fala

anquiloglossia, termo científico que designa a anomalia.

O relator do projeto no Senado, Eduardo Amorim (PSC-SE), explicou que o exame é bastante simples, rápido e indolor. Enquanto o bebê está mamando, o profissional de saúde faz a avaliação anatômica e da for-

ça de sucção, além de análise dos batimentos cardíacos, da respiração e da saturação do oxigênio.

Se a má formação for detectada, a correção, de acordo com Amorim, é feita com uma cirurgia chamada de frenectomia. É um procedimento simples e rápido, que



Amorim, que é médico, salientou que o exame é simples, rápido e indolor

pode ser feito com anestesia local durante o tempo de permanência do bebê no hospital. Na rede pública, já são obrigatórios os testes do pezinho (rastreamento de doenças assintomáticas) e da orelhinha (para detectar surdez). Também é comum o teste do olhinho.

Audiência cobra ações para doença de Huntington

Em audiência pública sobre a doença de Huntington (DH), ontem, participantes cobraram a inclusão desse distúrbio genético hereditário entre as doenças que dispensam carência para auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Também pediram atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) às 20 mil pessoas afetadas no país.

A DH causa movimentos corporais anormais, compromete habilidades mentais e aspectos da personalidade. Normalmente começa na fase adulta. A pessoa pode perder toda a capacidade motora, a fala e a deglutição, acumulando morbidades que levam à morte. A doença é genética e não tem cura, mas os sintomas podem ser minimizados.

O debate foi feito pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a pedido de Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente do colegiado. Para encaminhar soluções, será criada uma comissão coordenada por ele e com representantes dos Ministérios da Saúde e da Pre-



Senador Moka (C) conduz a audiência com especialistas e parentes de doentes

vidência Social e de entidades dos doentes e familiares. O Ministério do Trabalho também será convidado.

Para Antonio Lopes Monteiro, da Associação Brasil Huntington (ABH), a maior resistência à atualização da lista vem do Ministério da Fazenda: a lista serve para dispensa do pagamento de Imposto de Renda. Ele lembrou que a lei determina revisão, a cada três anos, da portaria que lista as doenças que dispensam carência para auxílio-doença e aposentadoria. Mas isso, afirmou, não acontece.

— O mal de Parkinson entrou porque o papa João Paulo II tinha a doença — afirmou.

Rogério Nagamine Cons-

tanzi, do Ministério da Previdência Social, negou que haja “burocratas sem sensibilidade social”, mas reconheceu o atraso na revisão da lista de doenças incapacitantes. Segundo ele, há demandas para inclusão não somente da DH, mas de diversas outras doenças, como anemia falciforme.

A vice-presidente da União dos Parentes e Amigos do Doente de Huntington, Edília Miranda Paz, contou ter ouvido de um médico que a DH significa “pegar a doença de Parkinson e o mal de Alzheimer e multiplicar por dois”. Dos 14 irmãos que ela tem, 8 desenvolveram a doença. Segundo Edília, uma irmã recorreu à Justiça para

se aposentar e só conseguiu quando já estava presa à cama.

O neurologista Pedro Renato de Paula Brandão informou que a DH tem prevalência de 50% de transmissão para os filhos e destacou a importância de exames para a predição dos genes em pacientes assintomáticos de famílias em que a doença existe. Tendo essa informação, as pessoas podem optar pela fertilização in vitro e evitar embriões com a presença do gene modificado.

Maria Gorette Nunes Marques, da ABH, concordou com as vantagens da fertilização assistida, mas cobrou o financiamento pelo SUS.

Pollyanna Almeida, do Ministério da Saúde, disse que o Brasil é o único país do mundo com uma política integral para doenças raras. A portaria incluiu ações pedidas pelos pacientes, inclusive a garantia de diagnóstico de predição genética. No momento, explicou Pollyanna, a pasta trabalha para estruturar uma rede de referência para atendimento em todo o país.

Vanessa lamenta elevada mortalidade materna

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou o Dia Internacional pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, celebrados no dia 28, e lamentou que ainda seja grande o núme-



Waldemir Barreto/Agência Senado

ro de mulheres que morrem no Brasil durante a gravidez, o parto ou poucos dias após o procedimento.

A senadora disse que cerca de 60 mulheres morrem no Brasil em cada grupo de 100 mil crianças nascidas vivas

e que a meta do governo é reduzir esse número para, no máximo, 35 até o final do ano que vem.

Vanessa Grazziotin ressaltou que 90% dessas mortes poderiam ser evitadas se as mulheres recebessem tratamento adequado nos serviços de saúde pública no pré-natal,

no parto e no pós-parto.

— Atualmente, as mortes ocorrem principalmente em decorrência de hipertensão, de hemorragia e de infecção, problemas que poderiam ser evitados se a mulher tiver a possibilidade de fazer o pré-natal correto — disse a senadora.

Kátia Abreu denuncia “caos absoluto” na saúde no Tocantins

Em pronunciamento ontem, Kátia Abreu (PMDB-TO) denunciou o “caos absoluto” na área da



Marcos Oliveira/Agência Senado

saúde no Tocantins e disse que o estado é vítima de desmandos das autoridades locais. Hoje, a senadora acompanhará representantes do Ministério da Saúde que irão ao Tocantins realizar inspeção em hospitais da rede pública.

Kátia Abreu apontou a ocorrência de “furtos, roubo-lheira, corrupção, compra de votos e falta de competência na gestão da saúde pública” no Tocantins, citando o caso de uma criança de menos de dois anos de idade que faleceu, na noite de quarta-feira, após espera de sete horas para internação em uma unidade de tratamento intensivo (UTI), na cidade de Colinas de Tocantins (TO).

A parlamentar disse que o Tocantins não vem pagando a UTI no Ar, empresa privada encarregada de transportar doentes mais necessitados. Ela contou que a dívida chega a mais de R\$ 5 milhões, mas que os recursos são repassados pelo SUS.

Simon quer auditoria em compra de marca-passos para o SUS

Pedro Simon (PMDB-RS) quer explicações do Ministério da Saúde sobre contrato firmado entre a Fundação para o Remédio Popular e as empresas Medtronic e Scitech, fornecedoras de marca-passos e stents coronários e arteriais.

Por isso, apresentou requerimento (RQS 276/2014), que ainda aguarda deliberação do Plenário, no qual solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) que realize auditoria junto ao ministério.

Ele suspeita de irregularidades no contrato, já que as empresas foram escolhidas em dezembro de 2013, antes mesmo da publicação de portaria do Ministério da Saúde que redefiniria a lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) que estavam dispensados de licitação.

— O processo comprova que, sem licitação e transparência, sem competição de projetos, de tecnologias e dos preços de potenciais interessados nas parcerias, a escolha das empresas privadas pode ser considerada ilegal — afirmou.



Cristovam Buarque, relator da matéria, ao lado de Flexa Ribeiro, que quer garantir bolsas aos brasileiros interessados

Avança texto que inclui estrangeiros no ProUni

Estudantes estrangeiros, com renda familiar de até um salário mínimo e meio, poderão pleitear bolsas do ProUni. Se a renda não ultrapassar três salários mínimos, poderão receber bolsas parciais

OS ESTUDANTES ESTRANGEIROS poderão vir a ser qualificados para solicitar bolsas dentro do Programa Universidade para Todos (ProUni). A possibilidade está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 324/2011, de autoria Marcelo Crivella (PRB-RJ), que obteve ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE). A proposta será agora enviada à Comissão de Educação (CE), onde vai tramitar em caráter terminativo.

O projeto foi aprovado com três emendas do relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Segundo o texto, a bolsa de estudo integral do ProUni poderá ser concedida a brasileiros e estrangeiros “residentes em situação regular”, não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário mínimo e meio. Os estrangeiros em situação regular também poderão receber bolsas parciais, de 50% ou 25%, desde que a renda familiar per capita não ultra-

passe os três salários mínimos. Ainda de acordo com a proposta aprovada, posterior regulamento disporá sobre a concessão de bolsas a estrangeiros, assegurada prioridade aos estudantes provenientes de países africanos e latino-americanos.

Em seu voto favorável, Cristovam lembrou que durante décadas os Estados Unidos e diversos países da Europa ofereceram bolsas de estudo para jovens brasileiros. Esses programas, observou o senador, ajudaram a formar muitos jovens, que muitas vezes criaram laços de amizade nos países onde estudaram. Agora, na opinião do senador, o Brasil já alcançou um nível de desenvolvimento que lhe permite oferecer o mesmo tipo de apoio a jovens da África e de outros países da América Latina.

— Os jovens estrangeiros residentes no Brasil já são brasileiros. E interessa a nós que eles sejam bem formados — disse Cristovam ao defender a aprovação do projeto, durante reunião da comissão presidida

por Ana Amélia (PP-RS).

Durante o debate, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestou preocupação em garantir as bolsas a todos os brasileiros interessados antes de alcançar os estrangeiros. O relator respondeu que está clara a prioridade a brasileiros e pediu ao governo para ampliar os recursos destinados ao ProUni. Ana Amélia disse que a população muitas vezes tem dificuldade em entender por que o governo cria programas que vão beneficiar “países amigos”. Por isso, ela concordou com a necessidade de garantir atenção prioritária aos estudantes brasileiros.

Acordos

A comissão aprovou dois acordos internacionais. O PDS 50/2014, que teve Cristovam como relator ad hoc, aprova o Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, firmado entre o Brasil e a Turquia. O PDS 47/2014, cujo relator ad hoc foi Flexa, aprova o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Brasil e a Romênia.

Alimentação especial para estudantes entra em vigor em 90 dias

Entra em vigor em 90 dias lei que garante alimentação especial para estudantes da rede pública que apresentem “estado ou condição de saúde específica”. Para isso, deverá ser elaborado cardápio com base em recomendações nutricionais. A Lei 12.982/2013 foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.

O texto original, do ex-deputado Celso Russomanno, previa alimentação especial para alunos com diabetes. No Congresso, o projeto (PLC 187/2009) ampliou o benefício aos estudantes com restrições alimentares por motivo médico.

Cristovam pede federalização do atendimento às crianças

Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal, pediu apoio dos parlamentares à federalização do atendimento à criança, argumentando que a medida é importante diante das desigualdades entre estados e municípios. Ao criticar o tratamento das crianças como “fenômenos municipais”, Cristovam citou o caso da morte por desnutrição de uma criança que morava em Goiás e, por isso, não pôde ser atendida pela rede de saúde do Distrito Federal. O senador, que também defendeu proposta dele

de federalização do ensino básico, expressou sua “vergonha” de verificar a divisão das crianças conforme as cidades em que vivem.

— Nós precisamos tratar crianças como se elas fossem nacionais, não municipais. Nós precisamos fazer com que uma criança, ao nascer no Brasil, tenha o mesmo direito a viver, a ter saúde, a ter educação, a ter lazer, a ter acesso aos bens culturais. Não importa se nasceu no Jardim Ingá, ou no distrito de Goiás, ou no Distrito Federal — disse.

Simon confirma a estudantes que deixará a vida pública

Pedro Simon (PMDB-RS) pretende deixar a vida pública em 31 de janeiro de 2015, mesmo dia em que encerra o atual mandato e em que completa 85 anos de idade. O senador confirmou isso ontem a 100 estudantes que participam de um projeto interdisciplinar da Escola Comunitária de Campinas (SP). Segundo Simon, ele se aposentará com 60 anos de vida pública “sem um dia sem mandato sequer”. Informou que, aposentado, pretende se dedicar a atividades para as quais hoje não tem tempo, como viajar e fazer conferências em universidades.

Simon e Eduardo Suplicy (PT-SP) falaram sobre ética e cidadania com os estu-

dentados. Participando do projeto pelo 15º ano consecutivo, o senador gaúcho afirmou que o país vive um momento crítico, referindo-se ao ano eleitoral e à instalação das CPIs (mista e do Senado) da Petrobras. Destacou, porém, o que considera avanços, como o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal e a aprovação da Lei da Ficha Limpa.

Os senadores se posicionaram contra o financiamento de campanha por empresas e defenderam o voto obrigatório. Eles ressaltaram que o

eleitor pode votar em branco ou deixar de votar, bastando uma justificativa simples.

O fenômeno das redes sociais na participação política também foi debatido. Simon afirmou que cada um deve fazer a sua parte.

— O que eu fiz para melhorar o mundo? — sugeri, como exame de consciência.

Para a professora Fabiana Saad, que acompanha o projeto, a fala de Simon sempre foi marcante para os alunos.

— Eu não considero que esse seja o último encontro.

Tenho certeza de que o senador vai nos acompanhar em Campinas, mesmo fora da política partidária, porque ele não sai da vida política.

Pela primeira vez em Brasília, o estudante Lucas De Martin, 15 anos, vê a oportunidade de ter informações além daquelas divulgadas pela mídia.

— Aqui nós sabemos o que realmente está acontecendo com o Brasil — afirmou.

Luiza Martinez, 14 anos, disse que a visita ao Congresso é um estímulo à cidadania.

— Aqui a gente respira política mais diretamente. Tem muita coisa acontecendo, você se sente parte da história. Tudo que acontece aqui afeta a nossa vida, não importa onde a gente mora.

Senadores e jovens discutiram ética e cidadania em projeto interdisciplinar



Suplicy e Simon discutem ética e cidadania com estudantes de Campinas

Suplicy elogia visita do papa Francisco ao Oriente Médio

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a iniciativa do papa Francisco de convidar autoridades israelenses e palestinas para visitarem o Vaticano. O convite foi feito durante a visita do pontífice ao Oriente Médio, onde esteve em locais sagrados para as três maiores religiões monoteístas do planeta: católica, judaica e muçulmana.

Suplicy acredita que a aproximação entre judeus e palestinos promovida pelo papa pode melhorar as relações entre Israel e Irã.

— Acredito que, com as

bênçãos divinas, esse encontro promovido pelo papa Francisco será muito importante para a construção de uma paz duradoura nessa região tão cheia de simbolismo e de desencontros. Esse encontro poderá acabar com os desencontros existentes na região — observou.

Suplicy informou que a cantora Luciana Luppy vai se apresentar na França e expor seu trabalho *Brasília, a Caçula Brasileira*. A mostra inclui a obra do artista Eduardo Pretel, que, em violões, desenha monumentos da capital federal.